

EDUCAÇÃO E PRÁTICAS DISCIPLINARES NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Cláudia Martins Ribeiro Rennó¹

Vania Regina Boschetti²

RESUMO: O artigo propõe identificar a inserção na escola dos mecanismos disciplinares, a partir de componentes como: vigilância, distribuição e interdição dos espaços; estrutura da sala de aula; organização dos horários; controle do ir e vir; atuação dos inspetores de alunos e bedéis, e analisar a atuação e arbitrariedade do aparato disciplinador no cotidiano escolar e suas manifestações mais frequentes. Baseia-se nos escritos de Foucault, sua teoria de “corpos dóceis” e sociedade disciplinar. A pesquisa empírica se fez utilizando técnicas de entrevista oral e individual com diretores, professores, inspetores, pais e alunos de uma escola particular e entrevista com professores de uma escola pública, pela técnica de grupo focal. O diálogo entre teoria e prática constata que os recursos disciplinares são cada vez mais sutis e tomam o corpo social quase em totalidade e generalidade, e constata, ainda, que os mecanismos disciplinares usados pela escola não impedem as ações que burlam o disciplinamento.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo. Disciplinamento. Poder. Escola.

1 Pós-graduada em Psicopedagogia e Mestre em Educação e pela Universidade de Sorocaba. Instrutora de Língua Inglesa da Escola de Idiomas Wizard. End: Rua Augusto Lippel, 1700, Bl. B, Apto. 51 - CEP: 18048-130 - Sorocaba, SP - Brasil..E-mail: Claudia_renno@yahoo.com.br.

2 Dra. em Geografia pela FFLCH; Professora do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba. End: Rodovia Raposo Tavares, Km 92,5 - CEP: 18023-000 - Sorocaba, SP - Brasil. E-mail: vania.boschetti@uniso.br.

Recebido em: out. 2010

Aprovado em: out. 2010

EDUCATION AND DISCIPLINARY MECHANISMS IN SCHOOLS

ABSTRACT: The article aims to analyze the disciplinary mechanisms on their different components such as: vigilance, distribution and interdiction of spaces, classroom structure, schedule organization, movements control, and students' inspectors' and beaules' performances, and to analyze the performance and arbitrariness of the disciplinarian apparatus in the school quotidian and their most frequent demonstrations. It's based on Foucault's work, the "docile bodies" theory and disciplinary society. It uses, as research methodology, oral individual interviews with principals, teachers, inspectors, parents and students from a private school, and the focal group theory with public school teachers. The dialogue between the theory and practice evidences that: the disciplinary resources are getting subtler and subtler and take the social body in almost all of its totality and generality; and it also evidences that the disciplinary mechanisms used by the school do not stop the actions that cheat the disciplining process.

KEY WORDS: Body. Discipline. Power. School.

O atual momento histórico apresenta considerável desenvolvimento tecnológico que permite a utilização de variados dispositivos de segurança e mecanismos de vigilância por parte das instituições sociais. Pensando na escola como tal, é possível considerar que a criança pode estar cada vez mais impedida de realizar o que lhe é mais peculiar: o movimento. Nesta perspectiva é que a pesquisa vem a considerar os educandos manifestando-se como "corpos dóceis". Segundo Foucault (1987), é dócil um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. O autor mostra a proveniência e os usos daquelas "pequenas" técnicas e dispositivos de saber e poder, os quais podem estar embutidos nas técnicas disciplinares que, muitas vezes, passam despercebidas no cotidiano das instituições escolares.

Refletindo sobre as particularidades da prática docente, percebe-se que as manifestações de algumas técnicas disciplinares relacionadas ao espaço, tempo e vigilância, circulam no interior das escolas. Grande parte das escolas atualmente considera indispensável usar de dispositivos de segurança e contenção. A partir dos recursos disponíveis à instituição escolar, o uso vai das grades de ferro aos rolos de arame farpado; da cerca elétrica aos cacos de vidro no perímetro dos muros; da vigilância externa e monitoramento 24 horas, à ronda policial. O uso do uniforme, a fila, o sinal, a catraca, a câmera, são outros exemplos mais evidentes. Portanto, a vigilância na escola, usada em nome da segurança, é uma constante, e pode ser considerada como um viés norteador do poder disciplinar, tomada como algo que deve ser contínuo, presente em toda a extensão do espaço e, penetrando os lugares mais recônditos do espaço escolar.

Os recursos disciplinares são regulados de tal modo que permanecem sob o controle intenso de certas convenções, produzindo a constância necessária para submissão/controlar que se interioriza e se estende à vida social. Como afirma Foucault (1987, p. 121), “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica [...]”.

A ARQUITETURA COMO AÇÃO DISCIPLINADORA: PANÓPTICO E SINÓPTICO

O conceito de sociedade disciplinar de Foucault (1987), afirma que a disciplina age mediante interiorização de uma sujeição implantada nas mentes, por meio da vigilância. Como metáfora do funcionamento do poder como tecnologia, o autor vê o panóptico (pan = tudo; optikós = visão) idealizado por Bentham em 1791 para a reorganização das prisões, como um dispositivo para vigiar e controlar a disciplina. O panóptico é um edifício em forma de anel, com um pátio no meio, do qual há uma elevada torre central, com um vigilante. Esse anel divide-se em pequenas celas que dão tanto para o interior quanto para o exterior, permitindo que o olhar do vigilante as atravesse.

O panóptico permite que o preso seja sempre observado sem poder olhar para seu vigia. Operando contínua e estrategicamente, funciona como operador disciplinar - é possível controlar e mudar o comportamento. Para esse princípio geral de controle, o modelo arquitetônico se disponibiliza de forma funcional e eficiente. Polivalente em suas aplicações,

[...] serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado. (FOUCAULT, 1987, p. 170)

Trazer o conceito de panóptico para o texto se torna oportuno pelo fato de ser aplicável a muitos domínios diferentes. Não ficou restrito ao projeto original para a arquitetura de prisões, estendendo-se às características físicas de várias edificações por meio das quais a cultura disciplinar se faz presente. Constructos

facilmente identificáveis de poder, desde o final do século XVIII, evidenciaram a existência formal de hospitais, fábricas, conventos e escolas. Mais especificamente no que diz respeito ao universo escolar, percebe-se que o poder tem aperfeiçoado gradualmente o seu alcance até os indivíduos, variando consideravelmente as técnicas de submissão, controle e a domesticação. Na estrutura do panóptico, nada é gratuito e tudo tem intencionalidade definida: do pátio central à estruturação dos corredores; do local do dirigente à mesa do bedel; da altura das divisórias dos banheiros à altura dos muros que limitam o interior com o exterior.

É assim que as novas tecnologias vêm para a instituição escolar e a sua quase onipresença traz inovações nas relações de poder. Por serem quase desprovidas de materialidade não necessitam de construções específicas, pois a virtualidade está caracteristicamente atrelada aos novos equipamentos presentes no interior de todos os espaços já existentes. As câmeras, a gravação de imagens, o cartão digital, a leitura digital, os *chips*, dentre outros, compõem o quadro desses novos mecanismos latentes de vigilância, muitas vezes virtuais, são características das sociedades contemporâneas.

Nos dias de hoje, poder-se-ia dizer, por exemplo, que as câmeras instaladas em diversos lugares na escola substituem, muitas vezes, os bedéis/inspetores. A função dos equipamentos pode ser comparada com a ideia do panóptico, presumindo o olhar vigilante ao menor sinal de transgressão, relacionada não só à conduta de alunos, mas, significativamente, à conduta de professores; exercendo assim uma função controladora de tudo e de todos. Entretanto, isto não significa que a presença dos funcionários inspetores tenha sido extinta. Pelo contrário, pode estar tão ou mais ativa quanto antes. Nas escolas públicas, por exemplo, a função do inspetor de alunos (bedel/monitor) é institucionalizada e preenchida por meio de concurso público, o que legitima sua ação e a necessidade da sua presença na escola. Conforme afirma uma resposta de uma diretora entrevistada:

Os inspetores aqui batalham bastante / inclusive tem a Lia que está aqui há muito tempo / os alunos respeitam muito a presença dela [...] mas a maioria desabafa muito com ela / contam problemas particulares da vida deles / e ela traz para a direção para justificar porque aquele aluno está assim / [...] tem outros inspetores que eles não respeitam / quem está entrando agora eles sabem quem está iniciando, quem está há muito tempo / então eles abusam bastante, dependendo da pessoa / mas auxilia bastante / auxiliam também o professor / alguma ocorrência / quando o diretor não está /. (Entrevista em: 22 set. 2009)

A fala de uma professora demonstra a função especial do inspetor de aluno. Através de seu relato percebe-se que ele não toma atitude nenhuma e nem deci-

de nada. No entanto ele representa “[...] *os olhos e os ouvidos do mantenedor da escola*”. Assim completa a entrevistada:

Existe uma figura que circula pela escola / não sei qual é a função dele / acho que a função oficial é a de inspetor / ele conhece todo mundo e sabe de tudo o que acontece na escola / ele não é subordinado a ninguém / a não ser o próprio mantenedor da escola / ele não exerce autoridade e nem tem autonomia lá dentro [...] mas você tem plena consciência de que ele observa tudo / ele é um vigilante/é uma outra câmara/só que é uma câmara móvel.../ (Entrevista em: 04 set. 2009)

Segundo Foucault, (1987), o controle das atividades por aquele que vigia e pune segue alguns princípios fundamentais como: a utilização integral do tempo útil sem qualquer desperdício; eficácia e rapidez nas ações; rigidez disciplinar, além de outras características. Todavia, a sociedade disciplinar, que se fundamenta na organização dos grandes meios de confinamento, cujos objetivos expressos são os de corrigir, punir, instruir, treinar operários -, sofre modificações no decorrer do século XX. Uma nova forma de sociedade, já presente no modelo disciplinar e supondo-o, ganha contornos. Remetendo às considerações de Deleuze (1992) no que diz respeito, vale salientar que são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares, pois, “as disciplinas, por sua vez, também conheceriam a crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitavam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares são o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”. O controle sobre os corpos não se dá mais nos espaços fechados; exerce-se através de “formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado”. (p. 221)

Segundo o mesmo autor, a ideia do panóptico pode prevalecer no sentido de vigilância. No entanto, na sociedade do controle, segundo alguns autores pós-modernos, suscita-se também a ideia do sinóptico (sin = instante; óptico = olhar). Na sociedade disciplinar, o observador está presente e em tempo real a observar e a vigiar os indivíduos. Na sociedade de controle, esta vigilância torna-se virtual e digital, pois independe de qualquer confinamento territorial, concretamente estabelecido. Entretanto, com exercício contínuo de controle, suficiente para tornar o indivíduo incapaz de esboçar qualquer reação. “Não se deve perguntar qual o regime é mais duro ou mais tolerável, pois são em cada um deles que se enfrentam as liberações e sujeições”. (p. 220)

Bauman (2001) compara os conceitos arquitetônicos de panóptico e sinóptico e mostra o contraste entre eles. Se o panóptico está relacionado à mobilidade e ao sedentarismo, o sinóptico pode ser relacionado à mobilidade, ao nomadismo

e faz o ato de vigiar desprender os vigilantes de sua localidade, não importando a distância:

O sinóptico é, por natureza, global; o ato de vigiar desprende os indivíduos de sua localidade, transporta-os, pelo menos espiritualmente, ao ciberespaço, no qual não mais importa a distância, ainda que fisicamente permaneçam no lugar. [...] Onde quer que estejam e onde quer que vão, eles podem ligar-se – e se ligam – na rede extraterritorial [...] o sinóptico não precisa de coerção – ele seduz as pessoas à vigilância. (BAUMAN, 2001, p. 60)

PRÁTICAS DE CONTROLE NA PERSPECTIVA DO SINÓPTICO

De acordo com Bauman (2001), vale lembrar que, tanto as questões relacionadas ao poder disciplinar quanto aos dispositivos panóptico e sinóptico mostram que o seu exercício prevalece, e que essa analogia entre os dispositivos permite analisar o efeito similar causado nos indivíduos: são ao mesmo tempo visíveis e incapazes de ver. Genericamente, a atuação dos bedéis na escola pode ser comparada com a função do panóptico, na medida em que o controle se faz por meio da visibilidade total e permanente dos indivíduos; e, as câmeras, com o sinóptico, cujo poder é exercido por múltiplas formas cada vez mais incrementadas de tecnologias em franca renovação. Nesta perspectiva, “uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação”. (FOUCAULT, 1987, p.167)

No colégio particular visitado, a instalação das câmeras é justificada como elemento que auxilia nas questões de indisciplina, na segurança e na vigilância de alunos e até professores, seja para identificação, prevenção ou intimidação. As falas de alguns entrevistados quanto à instalação desse dispositivo, revelam tais intenções:

[...] a intenção seria, se você tivesse dando uma aula, os alunos tivessem fazendo ou tomando alguma atitude indisciplinada / alguém da direção viria até a classe e tiraria aquele aluno e o repreendia / porque teria visto pelas câmeras o que teria acontecido [...] manter a disciplina na troca de professores / situações de prova / [...] as câmeras eram usadas para vigiar alunos e também professores / [...] se você estivesse sentada alguém iria perguntar porque estava sentada durante a aula... / então se eles notassem alguma atitude pedagogicamente incorreta eles poderiam interferir... / (Ex-professora - entrevista em: 03 set. 2009)

[...] quando eu entrei na escola foi comprada câmera para deixar em cada sala / mas eu não lembro se ficava filmando mesmo... tipo / quando eu ia na coordenação estava filmando mas... / mas eu não sei se ainda filmam / [...] então acho que não gravam porque eu já falei para a coordenadora várias vezes olhar / mas ela nunca olhou / não sei se é porque ela não queria ou porque não estava sendo gravado / [...] eu acho que é para vigiar aluno [...] para ver outras coisas que estavam erradas também... / assim... / não tem desvantagem / mas não é tão necessário, sabe? / (Aluno 1- entrevista em: 03 out. 2009)

[...] verificar como está o andamento da aula / mas no nosso caso foi um pouco de ilusão... / é muito mais nós estarmos lá com nossos alunos / professores, o coordenador ou a direção assistindo a aula / o intuito foi avaliar a segurança / hoje a câmera está lá... / funciona... / mas não utilizo [...] / e se a gente quiser ver no computador da coordenação, posso visualizar as salas / [...] às vezes some dinheiro e os pais perguntam: mas vocês não têm câmeras? / [...] no começo a gente se apegava às câmeras / a questão tecnológica, e eu não sei se dá resultado / pra gente foi muito melhor resolver problemas de indisciplina criando vínculos com nossos alunos / mudando a postura / envolvendo professores no nosso projeto do que filmando e dizendo; olha, foi aquele aluno lá (Diretora 2 - entrevista em: 29 set. 2009)

A intenção de manter as câmeras na escola é para assegurar que esse modelo de controle permaneça em processo contínuo “[...] e se elas não foram retiradas até hoje é porque tem no ar o seguinte: um dia posso precisar delas / ela ainda é um instrumento para mim” (Ex-professora - entrevista em 03/09/2009). Uma dicotomização da realidade entre as práticas e os discursos pode ser observada ao longo da entrevista com a diretora. Durante os relatos constata-se uma preocupação em evidenciar a proposta pedagógica do colégio, baseada em vínculo e conscientização com alunos e professores, talvez até para mudar o sentido dessa prática invasiva e minimizar os procedimentos de controle e vigilância no que diz respeito ao uso do dispositivo das câmeras. Todavia, apesar dessa preocupação, não existe, por parte da direção, iniciativa em remover os equipamentos como as câmeras, as múltiplas grades, a onipresença dos bedéis. Nesse contexto, o controle do ir e vir, por exemplo, fica dissimulado nas técnicas de segurança:

Para entrar, primeiro você tem que passar pelo porteiro, apertar o interfone e se identificar / após a autorização [...] você passa por outro portão, que é liberado pelo porteiro, ao lado das catracas / então você fica presa aí / até receber autorização para passar para lá / [...]e fora do seu horário da aula a catraca não libera a sua entrada / de todas as escolas que eu trabalhei essa foi a que eu tive mais sistema de segurança / e isto sempre foi vendido para os pais como um diferencial muito grande / [...] em termos de vigilância / principalmente relacionado a de professores / de todas as escolas que eu trabalhei esta foi a de vigilância mais cerrada... / (Ex-professora - entrevista em 03 set. 2009)

Condizentes às colocações de Bauman (2001) em relação ao sinóptico, o dispositivo tecnológico das câmeras, em nome da segurança - mas também atuando como um dispositivo de vigilância -, dentre outros, suscita, e se serve das relações entre controle e poder dentro da escola. Os resultados são visíveis: além do controle contínuo, é entendido como um diferencial para a escola; há economia de tempo, evita a “indisciplina” e a heterogeneidade, há uma maior satisfação dos pais e, conseqüentemente, punição para todos os que fugirem da norma, a tudo o que está inadequado à regra, a tudo o que se afasta e desvia dela. Vigiar a fim de garantir a disciplina na classe, fica evidente:

[...] eu não sabia como era o funcionamento das câmeras, a filmagem, etc. / me lembro de uma situação: estava numa sétima série e propus um trabalho em grupo / os alunos começaram a se organizar / [...] essa organização é um pouco barulhenta / os alunos pegaram as carteiras para levar de um lado para outro... / enquanto eles estavam naquela agitação toda... / percebi que no cantinho da cortina veio aparecendo devagarzinho a coordenadora da escola / [...]aparecendo, observando... / os alunos foram se organizando e começaram a fazer a atividade... / ela foi embora / pensei: ela tinha visto somente uma situação / não tinha visto que era uma proposta de trabalho em grupo / (Ex-professora - entrevista em 03 set. 2009)

Nestes termos, faz-se a analogia entre silêncio e disciplina, como facilitadores ou comprometedores das atividades no cotidiano escolar. Como diz Foucault (1987, p. 48), “os indivíduos são considerados em função de sua normalidade, o que é um dos grandes instrumentos de poder da sociedade contemporânea”.

As técnicas moduladoras de controle total, segundo Deleuze (1992), já estão em evidência no cotidiano das pessoas e, não é preciso muito esforço para percebê-las. Várias propostas de controle eletroeletrônico e afins estão em vias de teste ou já são utilizadas. Alguns exemplos disso podem ser encontrados quando

se procura “a posição de um elemento em espaço aberto, (de um) animal numa reserva, (de um) homem numa empresa”. (p. 224). Todos eles podem ser achados por meio de “coleira” eletrônica. Há escolas que disponibilizam *web cam* para que pais vejam seus filhos. E outras, principalmente em algumas particulares, além de todo um aparato de vigilância e do circuito interno de TV, faz-se o monitoramento 24 horas por firmas de segurança devidamente credenciadas.

Todo este “cabedal” disciplinar de dispositivos e afins, exerce, desde sempre, uma sujeição permanente à população escolar, pois observa-se que, desde a formação da sociedade, o controle existe, é aplicado de forma intensa e incisiva mais em determinadas épocas que em outras. Evoluem em técnicas cada vez mais sutis, insuspeitas, sofisticadas, com aparente inocência, sob roupagens mais modernas e leves que qualquer código disciplinar ou regulamento do estabelecimento educativo, tomando o corpo social em sua quase totalidade. Muda-se as técnicas de controle e vigilância, mas o objetivo de sua utilização permanece. Sobretudo, no que diz respeito ao fato de os alunos se sentirem controlados pela força penetrante do olhar vigilante das inspeções tornando-se “cordatos” e “controlados”.

A BURLA COMO DESAFIO AO CONTROLE

A respeito das circunstâncias de sujeição dos indivíduos, a sociedade em suas instituições, tem sido pródiga no uso de notável diversidade de recursos e artefatos. Considerando que a construção das escolas é realizada para ter perenidade, é comum encontrar, principalmente nos sistemas públicos de ensino, uma dimensão arquitetônica tendendo à padronização e conservação desse ambiente físico de vigilância. É ainda comum ter-se escolas que apresentam em suas estruturas físicas arquitetônicas características similares às prisões, controlando seus alunos/prisioneiros em seus movimentos e atitudes.

Nessa perspectiva, o corpo dócil é, muitas vezes, um corpo alienado. Entretanto, o fato de se submeter à ordem não faz o indivíduo ser, necessariamente, dócil e alienado. O que pode acontecer é que, o ser humano, entendendo que algumas regras são necessárias aos padrões vigentes da sociedade e também do universo escolar, submete-se conscientemente. A fala do aluno a seguir pode ser analisada por essa ambivalência:

O certo é você ir para a escola / prestar atenção às aulas / não pode brincar na aula / conversar na aula / ficar passando bilhetinho / ficar desenhando... / tem que prestar atenção na aula / na hora do recreio / você tem que tomar o seu lanche e tal... / não pode ficar de brincadeira-rinha de empurra/empurra / de briguinhas... / (Aluno 2 - entrevista em: 05 out. 2009)

Foucault (1987) trabalha as relações de poder existentes nas instituições num primeiro momento de forma mais genérica, depois vai trabalhar os elementos coercitivos que aprisionam os corpos. O autor vê a disciplina como um meio de exercer o poder sobre os corpos: ela pode ser compreendida como um dos elementos constitutivos da escola e sustentáculo de sua sobrevivência institucional. Isto é inegável: ou faz ou está perdido; ou cumpre a lei ou vai para a prisão; ou obedece ou merece um castigo, uma ameaça. No confinamento, por exemplo, mesmo dentro das prisões, se não houver cumprimento às regras, o indivíduo vai para a solitária, e, muitas vezes, é torturado. O que não implica numa correção do comportamento ou eliminação das falhas de caráter social e moral. Se a prisão fosse suficiente, terminariam nela a partir da primeira reclusão, as ações agressivas à sociedade, mas isso não acontece; pois as medidas/tentativas de docilização do corpo, por mais extremadas que sejam, não atingem, incondicionalmente, o objetivo desejado.

Mesmo existindo os mais cordatos que se submetem passivamente; os que se submetem mesmo contrariados; os alienados que não se interessam por nada e, os que, na medida da oportunidade tentam ir contra, é imprescindível destacar nesse estudo, o caso da vigilância que não está surtindo efeito nas escolas hoje. Nesses casos, deixar-se docilizar é uma posição que a pessoa acata e não questiona. É opção. Percebe-se, manifestadamente, que a burla, a transgressão às regras, o desafio ao poder existe. Foram entrevistados dois alunos e a fala de um deles ilustra tais considerações:

[...] eu me lembro quando eu estava na quarta série, a gente ficava ligando / passando trote, sabe? / e quando acabava as aulas / [...] eles sentavam perto da câmera / tinha um celular / vamos passar trote / e ficavam embaixo da câmera / não sei se não pegava ou se era porque pegava mesmo / mas ia um monte de gente lá no cantinho / a monitora nunca brigava com a gente / ela não percebia / só quando alguém ia reclamar mesmo / [...] quando eu entrei falaram que tinha câmera nos banheiros / não acreditei / mas agora não tem / tiraram porque os alunos estavam fazendo “zueira” / tirando a roupa na frente da câmera para mostrar, não sei... / (Aluno 1 - entrevista em: 03 out. 2009)

A fala da ex-professora entrevistada comprova essa versão do aluno:

[...] a câmera ficava num canto / ela não era móvel, era fixa / [...] tinha um ponto na sala de aula que ela não pegava / um pouco abaixo / os alunos sabiam disso... / se eles quisessem aprontar alguma coisa / [...] ficar mais à vontade era naquele ponto que eles iam / [...] era mais um limite a ser transposto: como eu faço para burlar essa câmera [...] alu-

nos que ficam procurando transpor os limites / então a câmera era algo a mais para desafiar: eu fiz isso dentro da sala, mesmo com a câmera e não aconteceu nada... / percebi que os alunos tinham a consciência de que não era o tempo todo que eles estavam sendo observados... /
(Entrevista em: 03 set. 2009)

Há vários motivos e formas de burlar: por motivos mais sérios em que a resistência é cabível por ser reação a um extremo arbítrio, ou, pelo ímpeto do desafio, pela manifestação da esperteza perante o grupo, pelo prazer da liberação da adrenalina, conforme é ressaltado nas falas acima. Existe um ímpeto no ser humano de superação, de desafio, de autoafirmação, manifestando-se, medindo forças de maneira provocativa ou mesmo dissimulada. Um exemplo dessa situação pode ser constatado na fala de uma mãe entrevistada:

[...] então, tinha um menino na classe que era terrível / aprontava todas / era sobrinho do dono da escola... / [...] aí um dia meu filho foi ameaçado por ele / ele usou um canivete para ameaçar meu filho na hora do intervalo / disse que ele apontou o canivete e ficou olhando com cara de bravo / e disse também que se ele contasse para alguém aquilo / iria pagar depois... / foi um sufoco / falei com a coordenadora / a criança foi chamada para conversar... / os pais dela também... / mas no fim ficou por isso mesmo / a diretora quis que o acontecido ficasse por isso mesmo... / (Entrevista em: 16 set. 2009)

As formas de resistência, principalmente aquelas que passam pelo corpo, são muitas vezes formas de negar aquela imposição. Mesmo tentando burlar, o indivíduo se constitui a partir da existência daquela regra. Não é porque ele transgride que não a incorpora. A burla também faz parte do crescimento humano. Se alguém segue à risca uma regra não quer dizer que se incorpora melhor e é fiel a ela. Quem reconhece as regras e tenta burlar, também está se constituindo a partir delas. O poder não é apenas dos mais “fortes” sobre os mais “fracos”. Os alunos têm seu poder: no momento em que rompem com as normas, não é somente para afrontar ou criar um ambiente de desordem, mas também para recriar e trazer suas vivências para a escola. Então, mesmo inseridos nesse aparato de técnicas disciplinadoras, há sujeitos que não se submetem, resistem. Não há, portanto, um dispositivo que cumpra na totalidade o seu objetivo de cumprimento às regras.

Certeau (1996) defende que as microrresistências são formas encontradas pelos “homens ordinários” para desviar o que vem de fora. Os homens ordinários, para o autor, são homens comuns que não aceitam a cultura dominante. Por isso, os alunos, ao tentarem burlar as formas do sistema escolar, tentam sobreviver a

ele. O riso, o deboche, o silêncio e a cumplicidade são formas de dizer não ao que é imposto, como atestam as atitudes dos alunos frente às câmeras: “[...] às vezes eles dão tchau / mandam beijo... / a gente não usa mais a câmera para ameaçar... nem para... sabe?”. (Entrevista com diretora, em 03/09/2009)

A possibilidade de resistência, por vezes, se expressa em ações de rebeldia individual ou coletiva. As práticas de transgressão são, muitas vezes, potencializadas em ações de indisciplina ou até de delinquência, como o sistema de vigilância e controle muitas vezes lhes impinge. Em entrevista com um grupo focal de uma escola pública municipal, uma das professoras que interagiu com o grupo relatou:

Eu trabalho em várias escolas diferentes, no SENAI, aqui, no particular... / na escola em que eu trabalho é assim / o pai vê a imagem e diz: mas isso é normal... / você chama o pai / o cara colocou fogo lá no lixo / ah, professora, qual é o problema? é brincadeira / ele está vendo! / foi o filho dele que pegou o álcool / jogou o fósforo / o que é que tem, professora? / então não adianta / é nesse sentido que eu vejo o lado negativo da coisa / se não tem a família para respaldar e agir com a escola / daí vem a pergunta para mim: o que eu tenho que fazer para ser suspenso? (Entrevista em: 29 set. 2009)

Reflexões como essas e depoimentos de professores como os transcritos colaboraram para que, ao final desta investigação, se pudesse concluir que, embora predomine nas instituições o comportamento disciplinado, diversos mecanismos disciplinares usados hoje pela escola não são suficientemente eficazes na questão do cumprimento às regras. O aparato de controle não impede as ações que burlam o disciplinamento, e as manifestações de comportamento indisciplinado, agressivo, fora da regra. Mesmo inseridos nesse aparato de técnicas disciplinadoras, há sujeitos e corpos que não se submetem, resistem, ou seja, continuam em luta pelo exercício de relações de poder. Há vários motivos e formas de burlar. Por motivos mais sérios ou pelo ímpeto de desafio, de esparterez, como é o caso de alguns alunos do colégio particular que faziam “cenas” na frente das câmeras para saber como e quando seriam punidos, e, até mesmo, se o seriam. No entanto, todas as formas de vigilância, das mais antigas às mais modernas, exercem esta questão de controle, de patrulhamento a fim de pôr em ação na sociedade um regime de práticas comprometidas com o poder. Nem por isso pode-se dizer que a escola atinge um modelo desejado de comportamento e disciplinamento.

Esta análise traz para reflexão as questões da formação, da segurança, e do controle e a conseqüente sujeição da população escolar frente às práticas

de disciplinamento e vigilância. Como já apresentado, o corpo no ambiente escolar, desenvolve relações, sofre interferências de múltiplas formas e apresenta sentido existencial pela capacidade de perceber, compreender e atuar pessoal e culturalmente. Esse corpo adere e rejeita, compatibiliza e negocia, concorda, se submetendo ou não.

O processo de disciplinamento, operado amplamente pela escola, se dá através de mecanismos reguladores e múltiplos, aos quais Foucault (1987) chamou de funções disciplinares: estratégias de utilização do tempo, do espaço, do saber e do corpo; e instrumentos disciplinares: a vigilância, a sanção normalizadora e o exame. Tais aspectos descritos têm como finalidade máxima fixar os sujeitos a um aparelho de normalização da sociedade. Foi possível encontrar em Michel Foucault, indicações teóricas para compreender como funciona o poder disciplinar na escola e como esse poder produz corpos dóceis.

No que toca a questão do controle do corpo, a necessidade de fazê-lo é essencial, uma vez que o ser humano tem que se ajustar às exigências da sociedade, às normas de sobrevivência, ao uso coletivo, ao respeito ao que é de todos. A disciplina é necessária; o que se questiona é até que ponto esse caráter de controle dociliza, pois o indivíduo não pode ser tão controlado, tão docilizado a ponto de não ser capaz de refletir sobre a necessidade da disciplina em sua formação. E a escola tem que trabalhar esses pontos de maneira a não impedir que a população escolar se manifeste, cresça, se desenvolva, se aprimore e que alguns conceitos básicos se enraízem. Portanto, é importante que a escola desenvolva e aprimore esse enraizamento de valores, mas não a ponto de impedir e controlar o crescimento individual do aluno.

Pode ser esclarecedor para a escola compreender a atuação dos meios disciplinares e de vigilância que organizam o sistema poder-submissão em sua versão micro, do dia a dia. Para Ruschel (1990), há todo um conjunto de normas como regimentos, códigos minuciosos, sutis, dispositivos orais e de costumes que controlam o movimento, o tempo, o espaço, o corpo, a propriedade, as relações interpessoais. Nada escapa ao olho vigilante. É preciso uma visão mais abrangente, mais concreta do código cotidiano trazido pelos mecanismos cerceadores dos objetos de vigilância, e que desvelam parte do que seja a ação educativa.

Tais considerações não são definitivas. As tecnologias de controle estão em pleno processo de construção e inscrição na sociedade, e apresentam fortes indícios na escola. O que foi problematizado pela pesquisa aponta direções no sentido de lançar luz a essas questões de controle sobre a população escolar na medida em que, no processo educativo, as pessoas possam construir relações mútuas de saber e poder, potencializar interações críticas e criativas, superando a sujeição produzida pelos dispositivos disciplinares e vigilância.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOUCAULT, Michsdfel. **Vigiar e punir - nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- RUSCHEL, Leani Inês. **Fotografias do cotidiano escolar: o preço da disciplina é a eterna vigilância**. 1990. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.